

**A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS CONFLITOS URBANOS: REFLEXÕES A  
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA FORMAÇÃO DE UM BAIRRO  
PERIFÉRICO**

**Eder Jurandir Carneiro**

Universidade Federal de São João del-Rei

(eder@ufsj.edu.br)

**Vivian Prado Pereira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

(vivian.vpp@gmail.com)

## 1. Introdução

O presente trabalho pretende, valendo-se da categoria de conflito ambiental, interpretar como *ambientais* as práticas espaciais conflituosas e as estratégias individuais/familiares das classes populares envolvidas na construção e consolidação de territórios periféricos, problematizando a maneira como o espaço físico urbano, ou seja, o meio ambiente urbano é apropriado e reconfigurado pela dinâmica capitalista de produção das cidades nos países semiperiféricos (WALLERSTEIN, 1985). Esse esforço tenciona uma contribuição para a construção de possíveis articulações entre o debate teórico-conceitual sobre conflitos ambientais e o campo de discussão que envolve a análise da produção da cidade capitalista.

Pretendemos, com esse esquema de análise, romper com as pré-noções, trazidas pelo senso comum, de coisificação e passividade dos sujeitos sociais de classes populares. Esse discurso tende a caracterizar as populações periféricas como acomodadas, despolitizadas, irracionais e persuasíveis. Almejamos interpelar esses ideais, problematizando as diferentes racionalidades adotadas por essas populações em suas lutas e disputas pela sua reprodução material e simbólica. Para cumprir com esse propósito, tomaremos como objeto empírico a formação do bairro periférico denominado São Dimas, localizado na cidade de São João del-Rei, no estado de Minas Gerais.

Partindo da concepção de Swyngedouw (2009) de que as cidades são lugares onde a natureza e as relações sociais são intensivamente reconstruídas, compreendemos que o meio ambiente urbano não é lugar da natureza “intocada” ou “dizimada”, mas sim da natureza transformada e retransformada pela ação social. Considerando, ainda, que os sujeitos de classes populares, na medida em que periferalizados, são expropriados de suas condições sócio-ambientais de existência, questionamos em que medida esse processo de expropriação e de produção de periferias se caracterizaria como um mecanismo de acumulação primitiva/via espoliação no espaço urbano.

## 2. A dimensão ambiental dos conflitos urbanos

Os debates acadêmicos sobre a “questão ambiental” têm apresentado avanços significativos nos últimos anos. Inúmeros trabalhos foram e estão sendo desenvolvidos com o objetivo de problematizar as concepções hegemônicas de meio ambiente e sustentabilidade, que apresentam uma razão utilitária para o ambiente, apresentando-o como uno, intocável, composto apenas de recursos materiais e, quando mal manejado, passível de ofertar riscos democraticamente (ACSELRAD, 2010). Com o aporte das noções de justiça ambiental<sup>1</sup> e conflito ambiental busca-se uma ressignificação da questão ambiental, de modo a fazer compreender que os sujeitos das classes, grupos e comunidades subalternos são majoritariamente vítimas de desigualdades ambientais e da despossessão de recursos ambientais, em razão da quantidade reduzida de capitais (econômico, cultural e simbólico) que acumulam (BOURDIEU, 2010).

Ainda que essa abordagem crítica das questões ambientais venha ganhando espaço no campo das ciências sociais, alguns temas apresentam “hiatos” que merecem ser trabalhados. Tendo em vista os debates encerrados no âmbito das últimas edições dos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) observa-se que a maioria dos trabalhos que recorre aos conceitos de justiça ambiental e conflito ambiental tem como objeto de estudo territórios habitados por comunidades tradicionais (pescadores artesanais, indígenas, quilombolas etc.) e ambientes rurais (CARNEIRO, 2009). Poucas pesquisas se

---

<sup>1</sup>Nas sociedades de classes, particularmente a capitalista, há uma distribuição desigual dos capitais (materiais e simbólicos), o que, por sua vez, acarreta a distribuição desigual das possibilidades de êxito nas lutas pela significação e apropriação das condições naturais. Da mesma forma, as classes e grupos sociais subalternos tendem a suportar maior carga de danos ambientais decorrentes das práticas dominantes de apropriação das condições naturais, a esse fenômeno denominamos *injustiça ambiental*. Como contraponto cunhou-se, pelo Movimento de Justiça Ambiental dos EUA (1980), a noção de *justiça ambiental* que defende que “nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas...” (ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N., 2009, P. 16) e implica “o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas” (ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N., 2009, P. 16).

debruçam sobre conflitos ambientais em contextos urbanos, o que parece denunciar a dificuldade que o campo vem enfrentando em problematizar a dimensão ambiental do urbano.

Intentamos fomentar e contribuir com esse debate, fazendo uma reflexão sobre a dimensão ambiental do urbano por meio da análise dos conflitos emergentes no processo de construção e consolidação de um bairro periférico da cidade de São João del-Rei – Minas Gerais, buscando inscrevê-los no debate teórico-conceitual que problematiza as conexões dos processos de formação de periferias com a dinâmica especificamente capitalista de apropriação territorial.

Como salienta Harvey, o espaço, de início, aparece como uma barreira ao Capital, algo que precisa ser vencido para acelerar o processo de acumulação. Aludindo a Marx, o autor afirma que “o capitalismo é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da ‘anulação do espaço pelo tempo’” (HARVEY, 2005, p. 145). Entretanto, Harvey argumenta que, para cumprir esse propósito, o capital constrói “estruturas fixas” de organização e facilitação da transposição das barreiras do espaço, tais como estradas, meios de comunicação etc., assim como ideologias e significações simbólicas que justificam essas configurações. No entanto, ao mesmo tempo em que forma territórios no espaço, necessita de uma contínua produção, reprodução e transformação dessas “configurações espaciais fixas e imóveis”.

Desse modo, a apropriação capitalista do espaço vive a contradição entre, de um lado, o imperativo de tomar o espaço como algo abstrato a ser superado e, de outro lado, a necessidade constante de produzir territórios concretos favoráveis à acumulação. Essa permanente reconfiguração do espaço é expressão da necessidade estrutural do capital em realizar “ajustes espaciais” (HARVEY, 2005, p. 153 ss.) que permitam a contínua absorção de capitais excedentes no circuito da acumulação. Nas palavras do autor, “as contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar” (HARVEY, 2005, p. 150). Essa dinâmica sócio-espacial típica da espacialização do processo do Capital molda e é moldada pela formação e reconfiguração

incessante de alianças e conflitos entre grupos, classes sociais, povos e comunidades, envolvidos em disputas pela apropriação dos espaços, territórios e condições naturais.

Dessa forma, a reestruturação do espaço que tem levado à constituição de periferias não é moldada pura e simplesmente pelas dinâmicas e interesses do capital. A luta de classes também se espacializa: ao mesmo tempo em que as dinâmicas do Capital produzem a “massa em expansão das pessoas supérfluas” (DAVIS, 2006) e as concentra no espaço, esses indivíduos, sejam eles proletários, subproletários, desempregados etc., se constituem como atores que disputam a construção do espaço, por meio de estratégias (individuais/familiares e coletivas) de resistência e sobrevivência. A resistência e a criação de contra-estratégias por parte dos periferalizados se configuram, muitas vezes, no terreno, como *conflitos ambientais*, entendidos como

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSERLALD, 2004, p. 26).

Esse conceito de conflito ambiental ajuda a elucidar o desenvolvimento das práticas de reconfiguração capitalista do espaço, na medida em que atenta para a maneira como as desigualdades espaciais são produzidas e, para além disso, o modo como as populações mais vulneráveis política e economicamente e, portanto, mais facilmente expostas a injustiças, acionam estratégias de luta e sobrevivência nos territórios.

Entendemos que a noção de conflito ambiental pode ser utilizada como categoria de análise de situações específicas de luta pela construção de territórios urbanos (luta por habitação e infra-estrutura urbana, enfim, pelo *direito à cidade*<sup>2</sup>), tendo em vista que a

---

<sup>2</sup> Lefebvre defende que a reivindicação pelo “direito à cidade” deve, necessariamente, ser formulada como “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1968, p. 108), garantido o direito legítimo de

construção do espaço urbano habitado pelas classes populares envolve a sobreposição de práticas espaciais<sup>3</sup> e interesses de atores que, situados em diferentes escalas e em relações de poder desiguais, disputam a apropriação do espaço e das condições naturais nele contidas. Essas disputas opõem, de um lado, atores que lutam pela construção da habitabilidade urbana de seus territórios - e, para isso, engendram estratégias, coletivas, individuais e familiares para demandar aporte de recursos públicos, para se fixarem no espaço e para construí-lo como território urbanizado, e, de outro lado, atores que, objetivando a realização de outros fins (por exemplo, a realização dos interesses especulativos do capital imobiliário), disputam esses mesmos recursos públicos e espaços.

As lutas por apropriação e construção dos territórios periféricos empreendidas pelas populações de baixa renda podem ser, portanto, consideradas conflitos ambientais na medida em que opõem práticas espaciais diferenciadas voltadas para um mesmo território. Para além das demandas pelas condições naturais presentes nesse território e das lutas contra os impactos indesejáveis (transmitidos por meio dos recursos naturais) que a ação de um grupo pode provocar sobre as ações de outros, estamos considerando os diferentes projetos de uso e significação do meio ambiente urbano e dos recursos necessários à sua construção. Desse modo, uma população de bairro periférico que se organiza (seja por meio de uma associação de moradores, ou por outras formas de agrupamento, como as mediadas pela igreja, pela escola etc.) e se põe em luta contra uma empresa que polui os cursos d'água ou o ar, ou, então, que reivindica junto à prefeitura a instalação de equipamentos urbanos em seu bairro (como instalação de redes de água/esgoto e energia elétrica, construção de redes de captação de água pluvial, realização da coleta de lixo, calçamento de ruas, oferecimento de transporte público etc.), está, do nosso ponto de vista, envolvida em um conflito ambiental. O primeiro caso assume a forma mais facilmente observável de conflito ambiental: a prática espacial de um grupo (empresa poluidora) se sobrepõe sobre às

---

*habitar*, entendido, aqui, como “plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência” (LEFEBVRE, 1968, p. 23).

<sup>3</sup> Como salienta Acselrad (2004, p. 24), Harvey (2006, p. 201) nos lembra que, de acordo com Lefebvre (*La production de l'espace*), “as práticas espaciais materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicos e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução do espaço”.

práticas de outros (população periférica) acarretando impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos. E os antagonistas e suas interações empíricas podem ser identificados de forma imediata.

Já no segundo caso, consideramos que, uma vez que essa população pressiona o Estado a se fazer presente (politicamente e através da alocação de serviços e verbas públicas) em um território em que as práticas e usos espaciais inscritos se choquem com as propostas de práticas e usos dos agentes que buscam a acumulação de capital (e que contam com o apoio do Estado), temos, então, configurado um conflito pela construção, uso e significação do ambiente urbano (indissociavelmente “natural” e construído). O ambiental é aqui posto na medida em que consideramos que o objeto da ação das populações dos bairros periféricos é o ambiente natural/construído. Desse modo, a sua reprodução se choca, ainda que de forma não imediatamente visível, com os interesses e projetos de apropriação e configuração espacial do Capital (além de subtrair recursos - verbas públicas e meio ambiente urbano - que, potencialmente, seriam destinados a práticas de acumulação de capital). Esse pleito das classes populares pela construção de territórios periféricos transmite efeitos indesejáveis (independentemente de suas práticas espaciais não apresentarem intercorrências estritamente ambientais – isto é, propagadas pelo solo, água, ar ou sistemas vivos) sobre as práticas espaciais dos agentes do capital, mesmo que, na maioria das vezes, isso não resulte de ações intencionais.

Muitas vezes, a sobreposição de práticas espaciais sobre o meio ambiente urbano e as disputas que dela advêm podem não ser imediatamente apreensíveis como tais, mas é razoável sugerir que a dinâmica espacial que o sistema capitalista imprime às cidades torna essas sobreposições e disputas potenciais e imperativas, mesmo que latentes ou pouco visíveis através das lentes conceituais que temos utilizado. Geralmente, essa percepção só se forma quando populações que durante um longo período de tempo ocuparam e construíram seus territórios sobre certo ambiente urbano vêem suas práticas espaciais entrar em conflito com as práticas e interesses de agentes do Capital (via de regra amparados pelo Estado).

### 3. O processo de formação do bairro São Dimas: um histórico de lutas

O bairro São Dimas tem seu início de povoamento nos anos 1960 e vem passando por diferentes etapas constitutivas no decorrer do tempo. Esses momentos têm sido marcados por embates entre a população organizada e o poder público e pela adoção de modos variados de autoconstrução de moradias e de equipamentos urbanos. O bairro parece se apresentar, desse modo, como um contexto empírico adequado para se estudar como tem se dado, ao longo de mais de cinquenta anos, o processo de construção e consolidação de um bairro periférico, permitindo evidenciar o papel que nele desempenham as estratégias, coletivas e individuais/familiares, que animam os conflitos urbanos.

Numa primeira aproximação, podemos destacar, para fins de análise, quatro principais momentos nesse processo constitutivo: o primeiro data do início da ocupação, realizado, na década de 1960, mediante o aforamento de terras públicas por algumas poucas famílias que se ocuparam de realizar um trabalho de autoconstrução de equipamentos urbanos, como a abertura de ruas; o segundo desenvolve-se dos anos 1980 até o início dos anos 1990, período em que o bairro conhece forte expansão populacional e o movimento de moradores empreende esforços para solucionar o problema da falta de água encanada e uma exitosa luta reivindicativa, junto ao governo federal, com o objetivo de angariar verbas para a construção de casas populares; o terceiro compreende o período do início dos anos 2000, quando os moradores, organizados na associação de moradores, lutam pela contenção de voçorocas que assolam o bairro e que ameaçavam de desabamento algumas casas; por fim, o último momento diz respeito ao período atual, em que os moradores de uma determinada rua do bairro vêm organizando ações reivindicatórias junto à prefeitura, exigindo obras de reparação e contenção da referida rua, que está ameaçada de desabamento.

Entrevistas com moradores e lideranças comunitárias do bairro apontam que grande parte das famílias que iniciaram a ocupação, no início da década de 1960, é proveniente de municípios próximos e da zona rural da região; a maioria mudou-se para São João del-Rei a procura de trabalho e acabou se empregando, principalmente, nas fábricas de tecidos e



como operários da rede ferroviária. As três principais tecelagens empregadoras na cidade (Fábrica Brasil, Fábrica de Tecidos Santanense e Fábrica de Tecidos Sanjoanense) se situavam no bairro Fábricas, vizinho ao bairro São Dimas e adjacente à extinta linha férrea. Outras duas instituições, também vizinhas ao bairro, foram, e ainda são, responsáveis por empregar um número significativo de trabalhadores: são elas o antigo Instituto Salesiano (atual Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ) e o Instituto Auxiliadora (colégio particular). A literatura pertinente indica que, para as classes populares, a escolha do local de moradia é, na maioria das vezes, diretamente influenciada pela proximidade do local de trabalho. No caso dos moradores do bairro São Dimas, o imperativo do emprego se fez mais forte que a ausência de algumas condições básicas de infraestrutura urbana.

Escrituras referentes à compra e venda de imóveis apontam a existência da rua Bárbara Heliadora, provavelmente a única então existente na localidade, já no ano de 1925 (Barros e Carneiro, 2004). Entretanto, é no início da década de 1960 que os primeiros grupos familiares começam a ocupar a região do bairro, anteriormente conhecida como Lava Pés, e se encarregam de abrir os “trilhos” (ou trilhas) e demarcar os caminhos das ruas. A maior parte obteve o lote por meio de aforamento e as casas mediante a autoconstrução.

Pelo histórico inicial de formação do bairro, percebe-se a forte influência da religiosidade e da igreja católica na vida da comunidade do São Dimas. Na primeira etapa de ocupação do bairro, que se estende até meados dos anos 1980, os moradores se organizaram, principalmente, por intermédio da Igreja. Até por volta do ano de 1974, os moradores não contavam com água encanada e tinham, portanto, que recorrer a uma nascente localizada na parte mais alta do bairro, onde hoje se localiza o loteamento Cidade Nova<sup>4</sup>, denominada por “Chacrinha”. Segundo depoimento de um morador, ex-presidente da Associação de Moradores, “(...) a gente não tinha água, a gente tinha que buscar lá atrás,

---

<sup>4</sup> O bairro Cidade Nova, adjacente ao bairro São Dimas, formou-se a partir do loteamento de uma gleba rural. Os empreendedores realizaram apenas o arruamento e a demarcação dos lotes, vendendo-os sob a promessa de logo providenciarem a implementação da infra-estrutura urbana. Contudo, como a promessa não foi cumprida, os moradores ingressaram na Justiça e ignora-se o destino tomado pelos empreendedores. De acordo com pesquisa realizada pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), da Universidade Federal de São João del-Rei, grande parte dos grupos familiares que residem no bairro Cidade Nova constituem-se de parentes de moradores do bairro São Dimas. A esse respeito, veja-se Carneiro (2007).

na Cidade Nova, num buraco que tem lá, que tem a nascente. Na prefeitura, ninguém atendia a gente, ninguém dava atenção à gente, ninguém fazia nada.” (Entrevista, José Guilherme, 2014). A falta de água encanada, associada ao não reconhecimento do bairro, pelo poder público, como bairro urbano legal (e a dificuldades que isso implicava) fizeram com que a população do bairro buscasse alternativas.

É nesse contexto se configura a primeira mobilização dos moradores. Independentemente da ação da prefeitura municipal, e em parceria com os moradores do vizinho bairro Dom Bosco e instruídos pelo padre Jacy Côgo, da paróquia São João Bosco - que era “influyente” e comprometido com os trabalhadores que frequentavam a paróquia - os moradores contrataram uma empresa para perfurar um poço artesiano e instalaram, por meio de mutirão, a tubulação para a rede de água. Segundo depoimento de um ex-presidente da Associação de Moradores, o pagamento do serviço foi feito através do trabalho da comunidade, que montava “barraquinhas de comida” para arrecadar dinheiro, e por meio de uma “mensalidade” que os moradores pagaram à empresa. De acordo com o entrevistado,

Aí, ele [Pe. Jacy Côgo] foi comigo, conversou com o engenheiro, o engenheiro veio e fez um poço artesiano pra gente aqui no bairro Dom Bosco, lá embaixo, que mandava água cá pra cima. Nós compramos e colocamos a tubulação, foi tudo a gente que colocou a tubulação da rua, aqui não tinha esgoto, não tinha nada, a gente é que fez, a comunidade, a verba da comunidade, todo mundo. (Entrevista, José Guilherme, 2014).

Mesmo não tendo havido aportes da prefeitura, tanto de trabalhadores quanto de verbas, para a construção do poço artesiano, sua administração foi repassada ao Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto (DAMAE)<sup>5</sup>. Durante um longo período, cerca de vinte anos, esse poço abasteceu a população dos dois bairros. De acordo

---

<sup>5</sup> Constituído desde 1967, o DAMAE é uma autarquia, um órgão público ligado à Prefeitura e responsável pelo saneamento básico da cidade (<http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/>, Acesso em 21/07/2014).

com os moradores, o poço só secou após o DAMAE explorá-lo exaustivamente para distribuir água para outros bairros da cidade:

É, nós tivemos que passar pro DAMAE, porque não tinha como a gente manter [o pagamento da] energia e o manobreiro, por causa desse lance do funcionário, gastava dois funcionários, a gente não tinha como manter. Mas esse primeiro poço durou muito tempo, depois que o DAMAE começou a mandar água pros outros bairros, que ele secou (Entrevista, José Guilherme, 2014).

Entretanto, a “questão” da água encanada não foi completamente resolvida. Conforme relato do atual vice-presidente da Associação de Moradores, havia água, mas os equipamentos utilizados, as bombas do poço artesiano, não conseguiam abastecer as residências de maneira satisfatória: “É (tinha água), mas pouco. Só caía num tambor embaixo, não subia nas caixas d’água. Quem tinha condição de comprar uma bomba, comprava e jogava pra cima, senão colocava no balde com a corda” (Entrevista, Miguel V. da Silva, 2014).

Após esse momento de luta pela água encanada, os moradores se ocuparam de reivindicar o calçamento das ruas e a criação da rede de esgoto. Até meados dos anos 1980 as casas do bairro eram servidas de fossas e as ruas eram de terra e irregulares (foram abertas pelos próprios moradores, na medida do crescimento do bairro) e mesmo veículos maiores, como caminhões de material de construção e ambulâncias, tinham dificuldades para subir as ruas.

A década de 1980 é também marcada por uma maior politização dos moradores, que culmina na oficialização da Associação de Moradores e se dá, principalmente, por dois fatores: a mobilização em torno da igreja e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em São João del-Rei. Nesse momento, o padre Geraldo Lopes de Paula, conhecido como padre Lelet, passa a promover reuniões entre os moradores, que alguns chamavam de “Associação de Base” e outros de “Grupo da amizade”, cujo intuito era discutir

semanalmente as dificuldades do bairro. Ao mesmo tempo, um grupo de trabalhadores do bairro começa a se organizar em torno da fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade. Articulados, principalmente, ao redor de Antônio Martín, morador do bairro, e Daniel Auim Chaves Simões, militante do movimento sindicalista de São João del-Rei, foi possível mobilizar cerca de duzentos moradores do bairro e fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), com registro em cartório.

Nesse momento, com a oficialização da Associação de Moradores, em 1986, os moradores conseguiram, por meio de um projeto de parceria dos Governos Federal, Estadual e Municipal<sup>6</sup>, uma verba para a construção de 30 casas populares no bairro. O terreno, pertencente à Conferência São João Bosco e à prefeitura, foi doado aos moradores. Entretanto, de acordo com os moradores, apesar de o projeto ter sido aprovado em 1987, a verba foi liberada apenas em 1989; nesse período, a economia brasileira passava por um forte processo inflacionário, o que fez com que o dinheiro se desvalorizasse.

Diante dessa circunstância [desvalorização do dinheiro], as lideranças do bairro tiveram que usar rapidamente o dinheiro para a compra de todo material. Porém, das trinta casas previstas no projeto, foram construídas apenas vinte e oito, que ficaram inacabadas - em ponto de laje. A partir daí surgiu uma crise de ciúme e desconfiança entre os moradores e as lideranças, desgastando a união da comunidade. O dinheiro para o término das obras foi levantado através de trabalhos comunitários, como festas religiosas, folclóricas, e outros, como rifas, bingos etc. (BARROS e CARNEIRO, 2004, p. 14).

Toda a verba destinada ficou sob custódia da prefeitura, que disponibilizou o material para construção. Por meio, principalmente, de mutirão e autoconstrução, foram levantadas as 28 casas, “no ponto de laje”. Sem contar com rede de água, esgoto, luz,

---

<sup>6</sup> Até o momento, só foi possível ter acesso aos documentos da Associação de Moradores referentes ao período posterior ao ano de 2004, inclusive. Daí surge a dificuldade em descrever com precisão de datas e informações os projetos que datam do período anterior.

calçamento da rua e com a casa ainda por terminar (sem portas, janelas, piso e reboco), as famílias contempladas se mudaram para as residências. A maioria delas já residia no bairro São Dimas, morando de aluguel ou na casa de parentes, e possuía vínculos de parentesco com os moradores mais antigos.

Com a abertura da rua Afonso Santana e a construção das 28 casas, iniciou-se no bairro uma nova etapa de lutas por infraestrutura. Como se tem observado, a própria dinâmica da produção capitalista das cidades em países semiperiféricos – operada pela gestão urbana regressiva e pelos capitais que se valorizam nessa produção – constrange os moradores das periferias a acionarem continuamente estratégias de ação com vistas à obtenção, manutenção, reparo ou ampliação dos equipamentos e serviços urbanos (CARNEIRO, 2007). No caso presente, vemos como o sucesso na consecução de novas casas para o bairro resulta, paradoxalmente, na ampliação das carências de infra-estruturas e serviços urbanos. A luta pela construção dos territórios urbanos de classes populares constitui-se em verdadeiro trabalho de Sísifo. Como dito anteriormente, a rua não estava calçada, as casas não contavam com água e esgoto encanado, não havia energia elétrica, coleta de lixo, rede de captação de água de chuva e transporte público. Logo que as famílias se mudaram, a dificuldade, principalmente, com a falta de energia elétrica e água encanada, mobilizou a todos. A parte baixa do bairro era abastecida (precariamente) com a água do poço artesiano construído na década de 1970. Mas, além do fato de o motor que bombeava a água ser de baixa potência e, por isso, não conseguir abastecer a rua Afonso Santana (situada na parte mais alta do bairro), nesse momento esse poço já se findava. Os moradores, portanto, precisaram buscar alternativas.

Em meados de 1996, sofrendo com a ausência de água, a Associação de Moradores, num diálogo com a então Fundação Universitária de São João del-Rei, hoje Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), firmou parceira com a ONG alemã *Studienförderung Passo Fundo e.V.*, que financiou o *Projeto Lava Pés*. Com verba da referida ONG, foi perfurado outro poço artesiano, agora no bairro São Dimas (onde hoje se localiza o loteamento Cidade Nova).

Assim como o primeiro poço artesiano, esse também teve sua administração repassada para o DAMAE. Os custos com sua manutenção e o nível de organização que a gerência do mesmo exige impeliram a associação a tomar essa atitude. De acordo com os moradores, hoje, além de terem que pagar pelo serviço de abastecimento de água, o Departamento Municipal de Água e Esgoto vem redirecionando a água do poço artesiano do São Dimas para outros bairros da cidade.

Note-se que todo o trabalho empreendido pelos moradores para construir o território em que habitam cristaliza nesse espaço uma massa de valor, sob a forma de edificações e equipamentos e serviços de uso coletivo. Essa riqueza coletiva, produzida por um sem-número de ações, coletivas e familiares ou individuais, é condição *sine qua non* para o barateamento substantivo da força de trabalho em que se baseia o processo de acumulação de capital que se realiza nos países semiperiféricos. De outra parte, vê-se que uma parcela dessa riqueza é apropriada pelo processo de valorização de capitais investidos na produção da cidade, como ocorre no caso da utilização, pelo Estado, de parte da água do poço artesiano do bairro São Dimas para abastecer novos loteamentos urbanos. Em termos analíticos, poder-se-ia argumentar, então, que os processos em tela constituem mecanismos de operação daquilo que Harvey (2004) chama de “acumulação via espoliação”, ou seja, a acumulação e centralização de capital realizada por meio da apropriação privada de riquezas ou bens coletivos/públicos, mediante coerção física. Com efeito, os complexos processos de produção das periferias urbanas em países semiperiféricos só se fazem possíveis pelo concurso de três vetores, orgânica e dialeticamente articulados: 1) o áspero e conflituoso “trabalho” de construção e autoconstrução das condições de urbanidade no espaço, realizado pelos próprios moradores dos bairros periféricos; 2) o Estado, que, geralmente sob pressão dos moradores e/ou na função de meio de operação de esquemas clientelistas, comparece como provedor parcial de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, ao mesmo tempo em que assegura, pela mobilização de complexos mecanismos, a realização e a rentabilidade de processos de “acumulação expandida”<sup>7</sup> e de

---

<sup>7</sup>Harvey (2004) chama de acumulação expandida aquela que se realiza pela apropriação da mais-valia como valor criado no próprio processo de produção de mercadorias. Diferentemente do que ocorre no processo de acumulação via espoliação, que se vale da coerção física, a acumulação expandida se viabiliza pela operação

acumulação por espoliação; 3) os capitais cuja rentabilização dependem diretamente de que o Estado desempenhe as funções acima indicadas, tais como os capitais rentistas dos mercados fundiário e imobiliário, os capitais investidos na construção civil e nos negócios que se situam a jusante e a montante dela etc.

Como resultado desse processo, temos um espaço construído que, apesar das irregularidades e da precariedade subjacentes, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade e necessário para o êxito do projeto capitalista de uso e apropriação do espaço (MAUTNER, 2002). O movimento de valorização do espaço, ou seja, da formação de territórios, não é mero efeito de determinações econômicas, pelo contrário, “ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência de processos econômicos” (MORAES, 2002, p.59). Segundo Mautner (1999, p. 258), “o capital tem requisitos para se estabelecer no espaço urbano” e a periferia os oferece na medida em que acumula trabalho coletivo circunscrito no espaço.

Além dos relatos orais dos moradores, o acesso a documentos da Associação de Moradores (como ofícios, abaixo-assinados, cartas e atas de reuniões) permitiu descrever em detalhes o “trabalho se Sísifo”. A partir do ano de 2004 têm início mobilizações pela contenção de voçorocas que assolam o bairro. Com quatro casas ameaçadas de desbarrancamento, a Associação de Moradores, assessorada pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA/UFSJ), consegue que a Prefeitura Municipal, em parceria com o Projeto Maria de Barro, realize obras de contenção. No final do ano de 2011, os moradores do São Dimas voltam a sofrer com o desbarrancamento, devido à voçoroca, agora em outro trecho do bairro. Após muitas reivindicações e apelos, a prefeitura municipal realizou uma obra paliativa de contenção.

Não só o bairro São Dimas, mas boa parte do município de São João del-Rei e da mesorregião Campo das Vertentes é circundada por voçorocas. Além de possuir um solo propenso a esse tipo de erodibilidade e estar exposta a má distribuição de chuvas (chega a

---

de “coerção econômica”, ou seja, pela necessidade objetiva que têm os trabalhadores (as) proletarizados(as) de trocar o uso de sua força de trabalho pelos bens e serviços de que ele(a) e sua família precisam para sua reprodução. Evidentemente, como salienta Ellen M. Wood (2003: 13-49), dever-se-ia aduzir que a situação estrutural que permite o exercício dessa coerção econômica, a saber, o instituto da propriedade privada, se assenta, em grande parte, no controle, pelas classes dominantes, da coerção física organizada pelo Estado.

ficar cinco meses sem chover na região), também conta, para o surgimento e avanço das voçorocas, seu histórico de ocupação da região. Caracterizada por exploração intensa de mineração de ouro nos séculos XVIII e XIX e, posteriormente, pelo desenvolvimento de agropecuária extensiva, a área abrigou, ao longo do tempo, atividades que degradaram sobremaneira o solo. Nas porções urbanas onde as voçorocas avançam atualmente, pode-se dizer que o processo erosivo é induzido, principalmente, pela concentração de águas pluviais, decorrentes da falta de planejamento adequado na implantação de loteamentos em áreas suscetíveis à erosão, agravadas pelo traçado inadequado do sistema viário e falta de rede de captação de água de chuva. Os riscos oferecidos pelas voçorocas continuam presentes na vida dos moradores do bairro São Dimas e somente uma ação conjunta entre o poder público e a UFSJ poderá estabilizar seu avanço sobre o bairro.

#### **4. Estratégias populares de construção do espaço urbano: (in) adequações ao capital**

Segundo Soja, os segmentos da sociedade que se vêm periferalizados e dominados pelo desenvolvimento capitalista precisam procurar contra-estratégias “espacialmente conscientes”, de modo a competir pela “reestruturação do espaço” (SOJA, 1993, p. 210). Para além das lutas coletivas pela apropriação e construção do espaço urbano, buscaremos considerar, também, as estratégias individuais/familiares que visam à formação do ambiente familiar e do território.

De acordo com Bourdieu (1999), as disputas pela apropriação do espaço podem tomar uma forma individual e/ou familiar e as chances de sucesso nessas disputas dependem do volume dos capitais (social, econômico e cultural) acumulados: “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui” (BOURDIEU, 1999, p. 163). A escolha do lugar de moradia feita pelas populações de baixa renda se dá dentro de um campo de possibilidades posto pelas estruturas de dominação, já que os efeitos inerciais de uma dada configuração do espaço físico garante a reprodução da



dominação. Por mais que as estratégias de mobilidade espacial e de obtenção de “capitais”, empreendidas pelas classes subalternas, não possibilitem uma ruptura com as estruturas de dominação, talvez esses processos possam ser lidos como “avanços” das classes populares nas disputas pela apropriação do espaço.

No caso dos moradores do bairro São Dimas, nota-se que, para além da luta coletiva que empreendem através da Associação de Moradores, ou articulados pela igreja, também a trajetória familiar de chegada e permanência no bairro apresenta elementos de resistência, num contexto em que a ação estatal não alcança o provimento de serviços básicos, como creches, transporte público, construção e manutenção dos equipamentos urbanos, financiamento para habitação popular etc.

Almejamos estabelecer um diálogo com John Scott (2002), que faz uma análise acerca das formas cotidianas da resistência camponesa. O autor busca nas práticas cotidianas de camponeses elementos de auto-interesse e de resistência para demonstrar que ações raramente consideradas como políticas, quando multiplicadas, podem apresentar conseqüências mais massivas. Nas palavras do autor, “em suma, quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas no momento em que eles se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, estamos lidando com resistência” (SCOTT, 2002, p. 27).

Ainda que Scott tenha feito um esforço de análise sobre práticas camponesas, parece razoável supor que populações urbanas periféricas têm, ao longo dos anos, desempenhado uma rotina de lutas e resistências visando à permanência no urbano. No caso do bairro São Dimas, identificamos práticas que podem ser consideradas como estratégias individuais/familiares que se configuram essenciais para a reprodução dos modos de vida dessas populações e representam formas imanentes de resistência ao Capital. Seriam elas a mobilidade espacial; a autoconstrução de habitações e de equipamentos urbanos; a objeção em mudar-se para outro local, que acarretaria o enfraquecimento dos laços de parentesco e das redes de amizade e confiança estabelecidos na vizinhança; a insistência em permanecer no bairro, mesmo cientes das dificuldades a serem enfrentadas, entre outras (que irão variar de acordo com as especificidades de cada localidade). Assim, a despeito do fato de que

essas práticas assumem diferentes formas de acordo com o lugar de seus atores, é possível notar um padrão de comportamento na construção de espaços urbanos periféricos.

Segundo Scott, “a obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe” (2002, p. 27). O objetivo dessa resistência seria menos enfrentar o sistema de dominação e mais sobreviver dentro dele, uma tentativa de trabalhar no sentido das “desvantagens mínimas” (HOBSBAWM, 1973, p. 12, *apud* SCOTT, 2002, p. 30). O autor defende que os parâmetros da resistência são, em certa medida, estabelecidos pelas instituições de repressão, de modo que “classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência” (SCOTT, 2002, p. 29).

Nesse sentido, percebemos que os moradores do bairro São Dimas empreendem estratégias individuais e familiares de resistência que visam a sua permanência no espaço e, também, a sobrevivência do espaço como bairro. Na medida em que historicizam o processo de formação do bairro com foco na ação dos próprios moradores, esses sujeitos constroem uma identidade coletiva de luta e resistência.

Considerando que essas populações ocupam um nível muito inferior na estrutura de dominação moldada pelo sistema capitalista e, portanto, possuem quantidades reduzidas de capitais acumulados (econômico, cultural e social) e que tanto os agentes da acumulação de capital quanto o Estado precarizam sua reprodução, tais estratégias podem ser concebidas como componentes de disputas ambientais, disputas pelo meio ambiente urbano. Entretanto, ao mesmo tempo, com se viu, essas formas de resistência, esses esforços individuais e coletivos plasmam no território valores que podem, dialeticamente, ser incorporados em processos de acumulação via espoliação.

## 5. Conclusão

O histórico do bairro São Dimas representa um exemplo da ação do Estado e do capital na formação de bairros periféricos e da luta dos moradores para a consolidação do território. Constituído por loteamentos populares e lotes aforados, toda infraestrutura do bairro ou foi construída pelos próprios moradores (é o caso da abertura de ruas e construção do poço artesianos e da rede de água e esgoto) ou é resultado de muitas reivindicações (instalação da rede de energia elétrica, serviço de ônibus e de coleta de lixo). Na fala dos moradores é presente a percepção de que a população moradora de periferia tende a ser obliterada pela ação estatal e de que, na maioria das vezes, é a mobilização popular que assegura as condições básicas de urbanização.

Eu duvido se o descaso, se fosse na rua do centro. Você pode ver que quando tem alguma coisa, um vazamento na rua do centro é uma das coisas primeiro a ser arrumada. A periferia sempre ficou em último lugar, ou quando pode, ou quando dá, isso daí é fato (Entrevista, Tattyana M. da Silva, 2014).

Se dependesse da prefeitura, isso aqui nem existir não existia. Eu passei a reconhecer esse bairro aqui com a apresentação da associação e ferrando eles lá bem ferrado (Entrevista, José Guilherme, 2014).

O bairro São Dimas era um local pouco considerado pelo capital imobiliário no início de sua ocupação, haja vista que muitos lotes foram aforados pela prefeitura. Entretanto, com a federalização da UFSJ, em 2002, e sua posterior ampliação, os terrenos do bairro passaram a se valorizar. Dada sua proximidade com a Universidade, o local é, hoje, com frequência procurado por investidores que almejam construir prédios para alugá-los aos estudantes. Vê-se, pois, mais um exemplo de como a riqueza coletiva produzida pelos moradores pode ser apropriada por processos espoliativos de acumulação de capital.

O crescimento e a urbanização das cidades brasileiras só podem ser entendidos dentro de um marco teórico que considere o predomínio dos imperativos do capital na formação das cidades. É preciso perceber que o aparente caos urbano e ausência da ação

estatal são coerentes com as necessidades da acumulação capitalista. Nesse sentido, a dinâmica que orientou/orienta o processo de formação do bairro São Dimas, parece ser mais regra do que exceção. Considerar as ações individuais/familiares como estratégias de disputas ambientais é buscar perceber que a luta das classes populares pela reprodução dos seus modos de sobrevivência inscreve no espaço urbano maneiras de se pensar e viver o mundo que não necessariamente seguem a lógica da acumulação de capital.

## 6. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri, As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais, in: ACSELRAD, Henri (org.), *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, pp. 13-35. 2004.

Achselrad, Henri; Mello, Cecília Campello Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. O que é Justiça ambiental?, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68),103-119. 2010.

BARROS, Matheus A. e CARNEIRO, Eder J. De lava-pés a São Dimas: uma história conflituosa de apropriação das condições naturais. Relatório do Projeto de Extensão “Cidadania e justiça ambiental”. Universidade Federal de São João del-Rei, 2004.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: Bourdieu, P. (coord.) *A Miséria do Mundo*. 9º Ed. Petrópolis. Vozes. 2012.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 14º Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.

CARNEIRO, Eder J., Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei – MG, Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho, Recife. 2007.

CARNEIRO, Eder J. O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico. Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2009.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo. 2006.

HARVEY, David (2004), “A acumulação via espoliação”, in: HARVEY, David, *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 115-148. 2004.

HARVEY, David, “A geopolítica do capitalismo”. In: HARVEY, David, *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume (coleção Geografia e Adjacências), pp. 127-162. 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos. 1969.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (orgs) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam EDUSP. 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert, *Território e história no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2002.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

SYWNGEDOUW, Erik. e COOK, Ian., *Cities, social cohesion and environment*. 2009.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

WOOD, Ellen M., *A democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, São Paulo: Boitempo, 2003.